

Protagonismo brasileiro na transição energética: oportunidades estratégicas frente à mudança na política dos EUA

Edição #86 13.03.2025 3 minutos de leitura

Autores

Bruna de Barros Correia

Júlia Calgaro Moreira

Áreas relacionadas

Energia

Assuntos

Energia Carbono BMA Review

Transição energética

A nova política americana está redirecionando suas estratégias de planejamento energético, favorecendo combustíveis fósseis e se afastando das metas renováveis. As novas ordens executivas procuram viabilizar negócios de petróleo, gás e oleodutos, ao mesmo tempo que limitam a concorrência e desencorajam investimentos em tecnologias de baixo carbono, como turbinas eólicas e veículos elétricos.

A retirada dos Estados Unidos, maior potência econômica da geopolítica atual, do Acordo de Paris – acordo climático firmado para o combate ao aquecimento global – e a paralisação de novos projetos de fonte eólica sinalizam uma possível expansão do uso de combustíveis fósseis e maior carbonização da economia americana. Essas novas medidas reforçam a dinâmica da política do país para próximos anos e podem impactar significativamente o cenário energético global.

Essa mudança radical de orientação governamental e regulatória nos EUA, combinada com o custo de financiamento mundial, pode impactar alguns investimentos, especialmente no curto prazo. Embora gerem desafios para o fluxo de capital estrangeiro e investimentos no setor de energias renováveis no Brasil, tais transformações também criam oportunidades para que o país assuma uma posição de liderança global em tecnologias de baixo carbono, já que ele continua sendo um dos principais players no setor de energia limpa.

O retrocesso da transição energética nos EUA pode gerar uma redistribuição de oportunidades no mercado de carbono e redefinir o fluxo global de investimentos em energias renováveis, favorecendo países com matrizes energéticas mais limpas, como o Brasil. Este cenário cria uma lacuna na liderança climática global. A expectativa é que fundos de investimento e empresas do setor comecem a buscar novas oportunidades em mercados emergentes.

Nesse contexto, o Brasil, que sediará o principal evento da diplomacia climática em novembro, a Conferência das Partes (COP30), em Belém, está em posição favorável para se tornar protagonista na pauta de transição energética mundial. A COP30 é uma plataforma estratégica para o país liderar debates sobre sustentabilidade e criar dispositivos legais direcionados à regulação de energias renováveis e à promoção de modelos econômicos baseados na bioeconomia. O Brasil agora possui regras auditáveis e mecanismos de governança, proporcionando maior segurança para investidores externos.

O país tem se destacado por legislações inovadoras, que o posicionam no centro das políticas e investimentos globais em energia, como o Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten), os marcos legais para o

hidrogênio verde, as eólicas offshore e os biocombustíveis, e a criação de um mercado regulado de carbono. Esses avanços demonstram o compromisso nacional em liderar a transição energética e atrair investimentos em energias renováveis.

Contudo, o Brasil ainda é disfuncional em alguns aspectos e precisa melhorar seu desempenho econômico e internacional. Embora a eficiência energética seja crucial, é a geopolítica que, em grande medida, orienta as direções estratégicas. O país precisa se alinhar às transformações globais, garantindo uma governança estável e competitividade em um cenário global volátil.

A nova configuração da política americana pode impulsionar o Brasil como protagonista na transição energética. Com os EUA priorizando a reindustrialização, surge uma oportunidade para países como o Brasil focarem no avanço da transição energética e no combate às mudanças climáticas. O Brasil, portanto, deve se posicionar de maneira estratégica para atrair novos investimentos, principalmente em sustentabilidade e inovação tecnológica.

No entanto, é preciso superar alguns gargalos, como a falta de infraestrutura, a necessidade de políticas públicas inclusivas e a consolidação de um ambiente regulatório sólido. A chave será a capacidade de se tornar mais resiliente às flutuações do mercado energético global, aproveitando ao máximo sua posição privilegiada como fornecedor de energias renováveis e líder em soluções sustentáveis.

>>> *Este conteúdo faz parte da BMA Review #86. Clique aqui e leia outros artigos.*

Profissionais que aliam visão jurídica e visão de mercado



Bruna de Barros Correia



Júlia Calgaro Moreira